

Ficha de Avaliação

Grupo de Trabalho

Proposta de revisão da Ficha utilizada para a Avaliação dos Programas de Pós-Graduação que é conduzida pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

 **CAPES**

Brasília, 2019

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



RELATÓRIO DE GRUPO DE TRABALHO

Publicação que divulga os resultados de estudos e proposições advindos de Grupos de Trabalho criados pela CAPES, com a finalidade de aprimoramento do processo e de instrumentos relacionados a avaliação da pós-graduação.

As publicações estão disponíveis para download gratuito no formato PDF.

Acesse: <http://www.capes.gov.br/pt/relatorios-tecnicos-dav>.

Sumário

Introdução.....	4
Sistemática da construção da ficha	6
Sistema de Avaliação da Pós-Graduação e a Ficha de Avaliação	7
Proposta de nova Ficha de Avaliação	11
Recomendações e Considerações Gerais.....	15
Referências Bibliográficas.....	16
Integrantes do Grupo de Trabalho	18
ANEXO I Ficha de Avaliação Proposta pelo GT.....	19
ANEXO II Ficha de Avaliação Aprovada na 182ª Reunião do CTC-ES	22

Introdução

Este relatório apresenta os resultados do Grupo de Trabalho (GT) da Ficha de Avaliação que foi instituído pela Portaria nº 148 de 14 de julho de 2018 com o objetivo de rever e simplificar as fichas utilizadas no âmbito da CAPES para a avaliação de programas de pós-graduação.

A criação desse Grupo de Trabalho (GT) da Ficha de Avaliação visa a construção de uma proposta de nova ficha de avaliação para a avaliação de programas de pós-graduação que será encaminhada ao Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES).

A realização desta proposta pelo GT da Ficha de Avaliação está em consonância com o Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020, que no seu capítulo sobre o sistema de avaliação da pós-graduação brasileira coloca: “Os princípios que nortearão o sistema de avaliação da próxima década são: a diversidade e a busca pelo contínuo aperfeiçoamento, que deverão ser observados pelos Comitês e as instâncias superiores”.

O Relatório Final 2016-2017 da Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020, no seu item relativo a recomendações para a avaliação da pós-graduação recomenda: “Analisar a oportunidade de uma reflexão com os principais atores do SNPG sobre o modelo avaliativo atual, considerando os principais modelos internacionais de avaliação da Pós-Graduação, tendo como objetivo a busca pela excelência em padrões internacionais. Esta reflexão deve necessariamente envolver as Universidades como protagonistas”.

Em novembro de 2017, a Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 solicitou de contribuições/propostas dos diferentes setores e entidades relacionados com o SNPG (ABC, ANDIFES, ABRUEM, ABRUC, CNE, CONFAP, CONSECTI, CNPq, CTC-ES, FINEP, FOPROP, MCTIC, MDIC, SBPC, etc.) sobre mudanças do Modelo de Avaliação da pós-graduação em nível *Stricto Sensu*. Após recebimento das contribuições,

foram analisadas e sintetizadas as contribuições/propostas. O resultado desta síntese foi apresentado pela comissão ao CTC-ES na 177ª Reunião do CTC-ES em junho de 2018, mesma reunião em que se decidiu criar o GT da Ficha de Avaliação. Cabe ressaltar que, embora o número elevado de setores e entidades que se manifestaram, observou-se um grande número de pontos convergentes/recorrentes entre as sugestões: Autoavaliação – PDI; Impacto (no desenvolvimento econômico e social, regional e nacional); Modelo único de avaliação (mas multidimensional); Produções indicadas (cinco mais relevantes); Relevância social e econômica; Acompanhamento de egressos; Balanço entre indicadores quantitativos e qualitativos; Mudanças no Qualis; Internacionalização; Inovação. Estes pontos convergentes/recorrentes, bem como a análise da evolução da ficha de avaliação e das necessidades de reformulação da mesma balizaram a discussão do GT Ficha de Avaliação.

Sistemática da construção da ficha

A sistemática de trabalho do GT Ficha de Avaliação envolveu reuniões presenciais na CAPES e reuniões a distância. A primeira versão de proposta de ficha de avaliação foi apresentada no 3º Seminário da Série Repensando a Avaliação: Avaliação Comparada da Pós-Graduação, que foi realizado na CAPES nos dias 3 e 4 de outubro de 2018. No mesmo seminário houve uma discussão da proposta com os coordenadores, coordenadores adjuntos e representantes das áreas que estavam presentes. As sugestões propostas no seminário foram analisadas pelo GT e uma nova versão da ficha foi apresentada na reunião conjunta com os colégios na CAPES no dia 16 de outubro de 2018. Após a apresentação cada colégio fez a sua discussão sobre a ficha. O resultado dessas discussões foi levado ao CTC-ES, na sua 180ª reunião no dia 18 de outubro de 2018. Uma nova discussão sobre a ficha foi realizada no CTC-ES, na sua 181ª reunião no dia 27 de dezembro de 2018. A proposta de ficha de avaliação final contempla essas discussões.

Sistema de Avaliação da Pós-Graduação e a Ficha de Avaliação

A avaliação da pós-graduação no seu início tinha periodicidade anual, sendo que os cursos de mestrado e de doutorado eram avaliados separadamente, numa escala de cinco conceitos (A a E), sendo A o conceito mais alto. Os resultados da avaliação eram inicialmente considerados informação reservada, restrita ao âmbito das agências federais. Na sequência decidiu-se remeter aos programas de pós-graduação os relatórios de avaliação de seus respectivos cursos, sendo a divulgação desses resultados restrita à esfera das agências governamentais e de cada instituição e programa em particular. A avaliação modificou a periodicidade para bienal e seus resultados passaram a ter ampla divulgação, o que possibilitou o acompanhamento da evolução do desempenho do conjunto de cursos avaliados.

O modelo de avaliação com Notas 1 a 7 e avaliação trienal foi implementado em 1998. A Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, na forma como foi estabelecida a partir dessa data, é orientada pela Diretoria de Avaliação/Capes e realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores ad hoc. Além da certificação da qualidade da pós-graduação Brasileira (referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa), a avaliação da pós-graduação tem como objetivo a identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) para orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação no território nacional.

Os documentos de área são referência para os processos avaliativos, tanto na elaboração e submissão de propostas de cursos novos quanto na avaliação dos cursos em funcionamento. Neles estão descritos o estado atual, as características e as perspectivas, assim como os quesitos considerados prioritários na avaliação dos programas de pós-graduação pertencentes a cada uma das 49 áreas de avaliação. Cada área expressa os pontos principais da sua avaliação no documento de área baseada

numa ficha de avaliação aprovada anteriormente pelo CTC-ES. Esta ficha de avaliação é comum a todas as áreas em termos dos quesitos e itens a serem avaliados, sendo que cabe as áreas propor como esses quesitos e itens serão avaliados, bem como, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento da avaliação, propor os pesos dos mesmos.

Em 1998 foi introduzida para a avaliação, uma ficha única padronizada composta de 7 quesitos: 1 - Proposta do Programa; 2 – Corpo Docente; 3 – Atividades de Pesquisa; 4 – Atividades de Formação; 5 – Corpo Discente; 6 – Teses e Dissertações; 7 – Produção Intelectual. Dentro desses 7 quesitos constavam 28 itens, com a possibilidade de inclusão de itens específicos pelas áreas. Esta ficha foi utilizada nas avaliações trienais de 2001 e 2004.

Após a avaliação trienal de 2004, a ficha de avaliação foi reformulada, e a simplificação da ficha foi guiada por duas considerações: “A primeira foi a redução do número de quesitos e itens para aqueles que verdadeiramente discriminassem entre programas de qualidade diferenciada. A segunda, atrelada à primeira, foi a tentativa de dar uma ênfase maior à avaliação de produtos que de insumos ou de processos”. (VERHINE, 2009).

A nova ficha, que foi utilizada na Trienal 2007, passou a ser composta de 5 quesitos. Os setes quesitos da ficha anterior foram agrupados em 4 quesitos: 1-Proposta do Programa, 2- Corpo Docente, 3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações, 4 – Produção Intelectual. Um novo quesito, 5- Inserção social, foi incorporado ao sistema de avaliação. Os 5 quesitos da ficha continham 21 Itens, com a possibilidade de inclusão de itens específicos pelas áreas. Foi permitido que as áreas zerassem itens definidos pelo CTC, na medida em que julgassem que o item não se ajustava às suas especificidades. O quesito “Proposta do Programa” não recebeu peso, por entender-se que deveria ser utilizado para contextualizar o programa e para fornecer-lhe orientações, sugestões ou advertências a respeito do seu funcionamento. Já o quesito “Inserção social”, por ser novo, recebeu um peso de 10%. Os demais quesitos, 2 a 4, receberam um peso de 30% cada. Cada área, de acordo com entendimentos no âmbito de sua Grande Área, poderia alterar esses pesos, respeitando o seguinte limite: variação de até cinco pontos percentuais, para mais ou para menos, no peso proposto de 30%, desde que a soma deles fosse 90%. Cabe ressaltar a criação de uma ficha específica para o mestrado

profissional na qual os quesitos foram mantidos, mas algumas alterações nos itens foram feitas para dar uma ênfase as especificidades dessa modalidade.

Após o uso da ficha na avaliação trienal 2007 foi criada uma comissão para avaliar a sua aplicação e propor novas modificações. Foi mantida a estrutura básica, composta de cinco quesitos, com a redução para 18 itens e os quesitos “Corpo Discente” e “Produção Intelectual” passaram a ser considerados centrais e receberam em conjunto, um peso correspondente a 70% do total. Os quesitos “Corpo Docente” e “Inserção Social” representaram, em conjunto, os 30% restantes. O quesito “Proposta do Programa” permaneceu sem peso, mas passou ter um papel mais importante com a introdução de travas na definição da nota final. Por exemplo, um programa com nota “deficiente” ou “fraco” no quesito “Proposta do Programa” não poderia ter nota final maior do que “3”, etc. Dessa forma, com a introdução das travas, a relação entre a pontuação obtida nos quesitos com peso e a nota final passou a não ser necessariamente linear.

Esse modelo de ficha foi aplicado nas avaliações trienais 2010 e 2013, e na avaliação quadrienal 2017, sendo os pesos definidos no regulamento de cada avaliação. A novidade na avaliação quadrienal 2017 foi a introdução de uma nova ficha para os programas em rede, especialmente mestrados profissionais de formação de professores em rede (PROFMAT, PROFFIS, etc.). Essa ficha era composta de 4 quesitos: 1-Avaliação da Rede e suas Associadas; 2-Discentes e Egressos; 3-Corpo Docente e 4- Inserção Social. Para o quesito 2 foi atribuído peso de 40%, sendo que os demais quesitos receberam peso de 20% cada um.

Mesmo se a ficha de avaliação de 5 quesitos tenha sido mantida nas últimas avaliações, persiste a necessidade de repensá-la e aprimorá-la. Por exemplo, a maioria dos 18 itens da avaliação definem indicadores de processos em detrimento aos indicadores de resultados. Além disso, diversos indicadores quantitativos não estão relacionados com a qualidade da formação.

Em 2015 foi criada na uma Comissão Especial para Análise do Sistema e Processo de Avaliação da Qualidade da Pós-graduação Brasileira (Portaria Nº 157, DE 24 de Novembro de 2015). Dentre os trabalhos da comissão, foi preparado um documento

sobre “O Modelo da Avaliação da CAPES”. Esse documento preconiza que: “Ao reformular o modelo de avaliação da CAPES, é necessário considerar propostas que buscam (1) simplificar aspectos de sua operacionalização, (2) contemplar a formação de quadros, (3) considerar a diversidade do contexto e (4) focalizar mais no impacto do programa do que apenas na sua produção”. Dentre as propostas, o documento propõe a estruturação da ficha em três dimensões: 1. Proposta do programa; 2. Atividades de formação e 3. Impactos acadêmicos e sociais.

Proposta de Nova Ficha de Avaliação

As diretrizes que nortearam o GT da Ficha de Avaliação na formulação da proposta da nova ficha de avaliação foram:

- Focar na qualidade da formação de doutores e mestres.
- Reduzir do número de quesitos e itens, destacando aqueles que verdadeiramente discriminam a qualidade dos programas, dando ênfase a formação discente.
- Levar em conta as recomendações apontadas pelo relatório da Comissão do PNPG sobre a avaliação.
- Dar uma ênfase maior à avaliação de resultados do que de processos.
- Propor uma ficha única (quesitos e itens) porém com indicadores adaptados a cada modalidade e as especificidades da área.
- Valorizar o protagonismo das áreas na construção dos indicadores.
- Permitir a comparação entre as diferentes áreas.

Baseado nestas diretrizes o GT da Ficha de Avaliação propões uma nova ficha de avaliação com 3 quesitos (1- Programa, 2-Formação e 3- Impacto na Sociedade) e 11 itens que serão detalhados na sequência. A ficha é única, cabendo as áreas as definições dos indicadores para cada quesito em função da modalidade (acadêmico ou profissional) e das suas especificidades.

O primeiro quesito, denominado de “Programa”, pretende avaliar o funcionamento, estrutura e planejamento do programa de pós-graduação em relação ao seu perfil e seus objetivos. Para o primeiro quesito abandonou-se a nomenclatura das fichas anteriores de “Proposta do Programa” pois a mesma terminologia é usada na Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), para a qual trata-se efetivamente de

uma proposta. O quesito Programa engloba nos seus itens os aspectos contidos no quesito Proposta do Programa e do quesito 2.1 (perfil do docente) da ficha anterior, nas duas modalidades. O item 1.3 dá destaque ao planejamento estratégico do programa vinculando-o ao da instituição. As instituições devem definir plano institucional de desenvolvimento da pós-graduação. Dessa forma, dá a oportunidade de envolver a instituição em demandas fundamentais para a evolução do programa, como por exemplo a introdução de uma política de contratação em função da pós-graduação e as melhorias de infraestrutura para o seu desenvolvimento. A questão da autoavaliação foi introduzida como um item novo (1.4). A autoavaliação deve ser balizada pelo planejamento e o Grupo de Trabalho da Autoavaliação trará subsídios para a definição de indicadores para esse item. O quesito Programa é composto de 4 itens:

- 1.1. Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível em relação aos objetivos/missão do programa.
- 1.2. Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.
- 1.3. Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção do conhecimento.
- 1.4. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção do conhecimento.

O segundo quesito, Formação, tem seu foco na qualidade dos recursos humanos formados, levando em conta a atuação dos docentes e a produção de conhecimento diretamente associada às atividades de pesquisa e de formação do programa. Elementos de avaliação dos quesitos 2, 3 e 4 da ficha anterior podem ser usados nesse quesito, focando em indicadores de resultado e não de processo. O quesito Formação é composto de 3 itens:

- 2.1. Atuação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa e à produção intelectual.
- 2.2. Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.
- 2.3. Qualidade da produção de discentes e egressos.

O terceiro quesito, Impacto na Sociedade, está relacionado com os impactos gerados pela formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos do programa. As dimensões impacto e relevância social, internacionalização e inovações foram incorporados a este quesito. Dentro dos impactos a serem avaliados está também o destino e atuação dos egressos. O quesito Impacto na Sociedade é composto de 4 itens:

- 3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística - em função da natureza do programa.
- 3.2. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida.
- 3.3. Impacto da inserção social e econômica do programa
- 3.4. Internacionalização e visibilidade do programa.

Para a atribuição do conceito nos quesitos 1 e 3, com 4 itens sendo alguns novos, o peso mínimo de cada item proposto é de 10%. No caso do quesito 2, que tem 3 itens que já são objeto de avaliação pelas áreas, o peso seria de no mínimo 25% para cada item. O grupo entende que os 3 quesitos têm a mesma importância. Portanto, a partir da atribuição da nota considerando o modelo atual, o critério para a atribuição de notas seria de:

Nota 5: Conceito “Muito Bom” nos três quesitos

Nota 4: No mínimo conceito “Bom” nos três quesitos

Nota 3: No mínimo conceito “Regular” nos três quesitos

Na definição de notas pelas áreas ainda poderia ser incorporado pelas áreas a utilização de travas em determinados itens.

Recomendações e considerações gerais

O GT considera que a nova ficha de avaliação pode ser implementada para a avaliação quadrienal em andamento. A ficha de avaliação, em termos de quesitos e itens, é única para todas as modalidades. Portanto, para cada item, as áreas devem propor as definições, indicadores e comentários que sejam adequados às especificidades de cada modalidade, acadêmico ou profissional. Para essa avaliação sugerimos a manutenção ou adaptação dos indicadores mais importantes de cada área, que já são reconhecidos pela comunidade. Em relação aos itens que demandam a introdução de novos indicadores, o GT propõe que seja atribuído um peso menor. A exequibilidade da ficha e das definições e indicadores de cada item definido pelas áreas deve ser testada no seminário de meio termo que ocorrerá de 05 a 30 de agosto de 2019. O documento de área poderia ter sua versão final após o seminário, contemplando eventuais modificações na ficha e a consolidação dos indicadores a serem utilizados na Avaliação Quadrienal.

A proposta de uma avaliação multidimensional, feita pela Comissão do PNPG no documento sobre propostas de aprimoramento do modelo de avaliação, requer mudanças muito mais profundas na ficha de avaliação, que no entender do GT não poderiam ser implementadas no meio dessa avaliação. Cabe ressaltar que as cinco dimensões a que se refere essa avaliação multidimensional estão refletidas nos diferentes itens da ficha proposta. Uma análise preliminar, sem levar em conta a definição do que será avaliado por cada área no itens, indica a seguinte correlação dos mesmos com as cinco dimensões: Ensino e Aprendizagem (1.1, 1.2, 2.2, 2.3 e 3.2); Internacionalização (3.4); Produção de científica (2.1 e 2.3), Inovação e transferência de conhecimento (3.1); Impacto e Relevância Social (3.1 e 3.3). A ficha aqui apresentada poderia ser a transição para uma avaliação multidimensional, que poderia ser discutida nos próximos dois anos e implementada no início da próxima avaliação quadrienal.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. (2008, Junho 17). História e missão. [capes.gov.br](http://www.capes.gov.br). Acesso em Outubro de 2018, em <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. (2010). Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020 (Vol. 1). Brasília: CAPES.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. (2014). Sobre as áreas de avaliação. [capes.gov.br](http://www.capes.gov.br). Brasília. Acesso em Outubro, 2018, em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. (2017). Portaria nº 59, de 21 de março de 2017: Aprova o regulamento da Avaliação Quadrienal. Diário Oficial da União.

Castro, C. de M. (2006). A CAPES na visão de um ex-diretor. *Análise*, 17(2), 360–376.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. (2016). Panorama dos Programas de Pós-Graduação. Brasília.

Faljoni-Alario, A., da Silva Junior, C. F., Brito, E. P. Z., Gontijo, J. A. R., Romero, M. A., Santos, dos, P. J. P., & Canuto, S. R. A. (2018). Avaliação da pós-graduação: Considerações do CTC-ES. Brasília.

Marengo, A. (2015). When institutions matter: CAPES and political science in Brazil. *Revista de Ciencia Politica*, 35(1), 33–46.

Sá Barreto, F. C. de, Domingues, I., & Borges, M. N. (2014). The Brazilian National Graduate Program, Past, Present and Future: A Short Review. *Policy Futures in Education*, 12(5), 695–706.

Verhine, R. E., & Bão, S. N. (2016). O Modelo da Avaliação da CAPES. Comissão Especial para Análise do Sistema e Processo de Avaliação da Qualidade da Pós-graduação Brasileira. Brasília.

Verhine, R. E., & Dantas, L. M. V. (2009). Reflexões sobre o sistema de avaliação da capes a partir do V Plano Nacional de Pós-graduação. Revista de Educação Pública, 18(37), 295–310. Cuiabá.

Verhine, R. E., & Freitas, A. A. D. S. M. de. (2012). A avaliação da educação superior: modalidades e tendências no cenário internacional. Revista Ensino Superior Unicamp.

Integrantes do Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho (GT) da Ficha de Avaliação foi criado pela Portaria nº 14, de 4 de julho de 2018, contando com a seguinte composição:

Nome	Instituição	Área
Adriano Lisboa Monteiro Coordenador do GT	UFRGS	Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar
André Luiz Brasil Varandas Pinto Secretário-Executivo do GT	CAPES	Diretoria de Avaliação
Bernardo Lessa Horta	UFPEL	Ciências da Vida
Edgar Nobuo Mamiya	UNB	Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar
Luiz Carlos Federizzi	UFRGS	Ciências da Vida
Robert Evan Verhine	UFBA	Humanidades
Wilson Ribeiro dos Santos Júnior	PUC-Campinas	Humanidades

ANEXO I

Ficha de Avaliação Proposta pelo GT

Quesitos / Itens	Peso	Sugestões e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Programa		
1.1. Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível em relação aos objetivos/missão do programa.	≥ 10%	Pode englobar aspectos dos itens 1.1 e 1.3 (acadêmico e profissional) da ficha anterior e/ou outros que a área julgar necessário.
1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	≥ 10%	Pode englobar aspectos do item 2.1 da ficha anterior (acadêmicos e profissional) e/ou outros que a área julgar necessário.
1.3. Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção do conhecimento".	≥ 10%	Pode englobar aspectos do item 1.2 da ficha anterior ((acadêmicos e profissional) e/ou outros que a área julgar necessário.
1.4. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção do conhecimento.	≥ 10%	O GT autoavaliação trará subsídios para a definição de indicadores para esse item.

2 – Formação		
2.1. Atuação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa e à produção intelectual.	≥ 25%	Pode englobar aspectos de itens das fichas anteriores: itens 2.2 e 2.3 (acadêmico e profissional), itens do quesito 4 e/ou outros que a área julgar necessário.
2.2. Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.	≥ 25%	Pode englobar aspectos do quesito 3 da ficha anterior (acadêmico e profissional) e/ou outros que a área julgar necessário. Por exemplo, avaliação de trabalhos de conclusão mais relevantes, similar ao Prêmio CAPES de Tese.
2.3. Qualidade da produção de discentes e egressos.	≥ 25%	Pode englobar aspectos do item 3.3 da ficha anterior e dos itens do quesito Produção Intelectual, relacionados aos discentes e/ou egressos e/ou outros que a área julgar necessário

3 – Impacto na Sociedade		
3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística - em função da natureza do programa.	≥ 10%	Pode englobar aspectos do quesito Produção Intelectual da ficha anterior e/ou outros que a área julgar necessário a avaliação de produções mais relevantes. Item insere a dimensão inovação na avaliação que será contemplada ou não em função das características da área e o estágio atual de seus programas.
3.2. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida.	≥ 10%	Os dados gerais viriam do estudo de egressos do CGEE, e as áreas deveria trabalhar nos indicadores. Pode-se solicitar aos coordenadores de PG os exemplos mais significativos de inserção dos egressos.
3.3. Impacto da inserção social e econômica do programa.	≥ 10 %	Pode englobar aspectos do item 5.1 da ficha anterior (acadêmicos e profissional) e/ou outros que a área julgar necessário.
3.4. Internacionalização e visibilidade do programa.	≥ 10%	As áreas já possuem critérios de avaliação da internacionalização para os cursos de excelência e podem adaptá-los para o conjunto dos programas da área. Pode englobar aspectos do item 5.2 e 5.3 (acadêmico) e 5.2, 5.3 e 5.4 (profissional) da ficha anterior, e/ou outros que a área julgar necessário,

ANEXO II

Ficha de Avaliação Aprovada na 182ª Reunião do CTC-ES

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre os Quesito/Itens
1 – Programa		
1.1. Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa.	≥ 25%	
1.2 Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa	≥ 25%	
1.3. Planejamento estratégico do programa, considerando também articulações com o planejamento estratégico da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura e melhor formação de seus alunos, vinculada à produção intelectual – bibliográfica, técnica e/ou artística.	≥ 10%	
1.4. Os processos, procedimentos e resultados da autoavaliação do programa, com foco na formação discente e produção intelectual.	≥ 10%	
2 – Formação		
2.1. Qualidade e adequação das teses, dissertações ou equivalente em relação às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.	≥ 15%	
2.2. Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos.	≥ 15%	
2.3. Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida.	≥ 10%	
2.4. Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa	≥ 15%	
2.5 Qualidade e envolvimento do corpo docente em relação às atividades de formação no programa.	≥ 10%	
3 – Impacto na Sociedade		
3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa.	≥ 10%	
3.2. Impacto econômico, social e cultural do programa.	≥ 10 %	
3.3. Internacionalização e visibilidade do programa.	≥ 10%	



www.capes.gov.br